



Fala, Galera! Produção de fanzines com jovens da periferia de Juiz de Fora em processo de educomunicação para a cidadania¹

Cláudia Regina Lahni²
Fernanda Coelho³

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Apesar da importância que a comunicação assume na vida das pessoas, o exercício do direito à comunicação ainda não é garantido a todos e a todas. A fim de fazer frente a essa situação, apontamos a educamunicação, Leitura Crítica dos Meios, como metodologia de trabalho com jovens. A metodologia foi aplicada na oficina de jornal impresso do projeto *Comunicação para a cidadania: tecnologias, identidade e ação comunitária*, financiado pela Fapemig. Os jovens e as jovens produziram duas edições do fanzine *Fala, Galera!* em 2009. A escolha dos temas, a produção e a elaboração dos veículos tiveram a participação dos adolescentes e das adolescentes. Nosso objetivo foi demonstrar o potencial que a educomunicação tem para estimular o exercício do direito à comunicação e, assim, ampliar a cidadania, a auto-estima e a criticidade das pessoas e valorizar e fortalecer sua identidade.

Palavras-chave: Cidadania; Comunicação Comunitária; Direito à Comunicação; Educomunicação; Identidade juvenil.

Introdução

Neste artigo apresentamos um recorte da dissertação de mestrado de mesmo título. Devido a limitações de tamanho, optamos por focar na parte prática do trabalho. Ou seja, abordaremos nosso trabalho de educomunicação na oficina de jornal impresso do projeto *Comunicação para a cidadania: tecnologias, identidade e ação comunitária*.

Sabemos que a identidade dos jovens e das jovens é, em grande medida, formada pelos meios de comunicação, e que o exercício do direito à comunicação ainda é algo pelo qual precisamos lutar. Por isso, a busca por espaços em que os jovens exerçam esse direito é muito importante.

Assim, tentando criar um espaço livre para o exercício do direito à comunicação, trabalhamos, norteadas pela educomunicação, na oficina de jornal impresso do projeto

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Cláudia Regina Lahni é docente do PPGCOM-UFJF e professora de Comunicação Comunitária na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra e doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Foi orientadora da referida dissertação de mestrado.
crlahni@yahoo.com.br.

³ Fernanda Coelho é graduada e mestra em comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora.
fernandahauck@yahoo.com.br



Comunicação para a cidadania: tecnologias, identidade e ação comunitária. O projeto, coordenado pela profa. Cláudia Regina Lahni e financiado pela Fapemig, atendeu a 31 adolescentes no ano de 2009.

Na oficina os adolescentes e as adolescentes, moradores e moradoras de bairros periféricos de Juiz de Fora e estudantes de escolas públicas da cidade, participaram de todas as etapas de produção do fanzine *Fala, Galera!*, produto final da oficina.

Cidadania e direito à comunicação

Apesar de o direito à informação ser assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Brasileira de 1988 e o direito à comunicação ser garantido por acordos internacionais, muitas vezes, eles se limitam ao discurso. É o que acontece com os jovens e as jovens oriundos e oriundas das camadas populares da sociedade que têm, em grande parte das vezes, seu direito à comunicação limitado a verem-se representados e representadas nas páginas policiais dos jornais.

De acordo com o Bobbio (1992), se a maior parte dos direitos são agora aceitos pelo senso moral comum, crê-se que o seu exercício seja igualmente simples. Mas, ao contrário, explica ele, os direitos humanos, em sua maioria, não são absolutos, nem constituem de modo algum uma categoria homogênea. É o que acontece com o direito à comunicação. A concessão para o uso dos meios de comunicação é um bem público, mas, apesar disso, o direito à comunicação não é garantido a todos e a todas.

Por outro lado, a pesquisadora Cicilia Peruzzo (2006) aponta que o direito a comunicar-se através dos meios tecnológicos que a humanidade desenvolveu e colocou a serviço de todos e todas é direito fundamental para a cidadania de qualquer pessoa e tem aplicação ainda mais relevante na construção da identidade e na conscientização política da juventude.

Trabalhando de forma plural e constituindo-se em um espaço aberto para a participação popular, acreditamos que a comunicação tenha potencial para agir a favor da democratização da sociedade.

Juventude, identidade e mídia na era da globalização

Luís Antonio Groppo (2000) define a juventude como uma categoria social. Tal definição, segundo ele, faz da juventude algo mais do que uma faixa etária ou uma “classe de idade”, no sentido de limites etários restritos – 13 a 20 anos, 17 a 25 anos, 15 a 21 anos etc. Groppo acredita que não existe uma “classe social” formada, ao mesmo tempo, por todos os indivíduos de uma mesma faixa etária. Ou seja, não é apenas o fato de estar enquadrado em uma específica faixa etária que vai fazer com que a pessoa se



identifique com as características pré-determinadas para tal grupo. Assim, o autor afirma que ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social. Ou seja,

a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. (GROPPO, 2000, p. 8)

Conforme o autor, há uma pluralidade de juventudes que variam de acordo com cada recorte sócio-cultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero etc. e saltam subcategorias de pessoas jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios.

Para Veneza Mayora Ronsini (2007), a problemática da juventude e mídia permite enfrentar desafios que a globalização nos instiga a pensar, pois as relações entre as culturas juvenis e as indústrias culturais são, segundo ela, sintomáticas de mudanças profundas nos modos de ser, perceber e relacionar-se no mundo contemporâneo.

Sabemos que os jovens e as jovens são grandes consumidores de mídia. Ronsini explica que o consumo da cultura é um tema que engloba a recepção dos meios de comunicação de massa e o processo de redefinição do senso de pertença e identidade, organizado no conflito entre lealdades locais ou nacionais e a participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas.

É impossível pensar a relação entre juventude e mídia sem considerarmos a globalização, que, para a autora, tem dois lados: o fortalecimento da produção cultural nacional e a internacionalização da cultura juvenil. E, conforme ela, a conjunção desses dois fenômenos coloca-nos uma questão a ser enfrentada:

qual a capacidade que os meios de comunicação consumidos pelos jovens (televisão, indústria do disco, computador, videocassete/DVD, revista, jornal) têm na propagação dos símbolos da cultura regional e nacional. (Ronsini, 2007, p. 51)

De acordo com Ronsini, o interesse pela cultura globalizada não significa somente a subordinação à cultura da mídia que os leva a consumir produtos, programas e a reproduzir o repertório da música internacional, mas pode indicar o anseio por novos padrões de vida, isto é, novas possibilidades materiais e simbólicas, diante da incoformidade dos jovens e das jovens quanto às características de funcionamento no entorno social.



Para a autora, na observação das demandas dos estilos juvenis ligados ao consumo e/ou produção musical (*hip-hop* e *punk*, por exemplo), podemos ver que reivindicam seus direitos de cidadãos e cidadãs identificando-os com jovens na mesma condição subalterna, de qualquer outro país. Ronsini afirma que os jovens pobres e as jovens pobres sofrem com lacunas institucionais porque nem a escola nem a família educam, e o Estado intervém com políticas de bem-estar. Assim, os jovens e as jovens tentam preencher essas lacunas expressando-se através de formas alternativas de comunicação. O *rap* é um exemplo disso.

Segundo o professor Jaílson de Souza e Silva (2005), é preciso atentar para o processo de construção e reconhecimento da identidade do jovem e da jovem na cidade, assim como os pressupostos “adultocêntricos” dos discursos, que tratam a juventude, em especial a pobre, apenas na condição *problema social* e, portanto, *objeto da ação* do Estado ou das instituições sociais. Processo esse alimentado, em grande medida, pelos meios de comunicação.

Considerando a importância da mídia enquanto (re) construtora das identidades, avaliamos ser fundamental que as pessoas exerçam o seu direito à comunicação e, assim, tornem-se telespectadoras, leitoras, ouvintes e internautas mais participativas. No item seguinte apontamos a educomunicação como metodologia de trabalho com jovens na busca pelo fortalecimento de sua criticidade em relação à mídia e de sua cidadania.

Educomunicação: conceitos e reflexões

Abordamos aqui uma metodologia de trabalho que acreditamos oferecer grandes possibilidades na busca pela participação na comunicação e na constituição de um cenário comunicativo mais plural e democrático: a educomunicação. A proposta, embora já utilizada por Mario Kaplún, apenas recentemente vem ganhando notoriedade.

Para ele a educomunicação, termo cunhado nos anos 1970, pode ser entendida como a Leitura Crítica dos Meios. O método de leitura crítica, conforme o autor, propõe um receptor ativo e crítico e uma receptora ativa e crítica diante dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa. Contudo, o acesso à informação não garante que as pessoas sejam mais ativas no processo.

La criticidad es algo que no se puede enseñar ni aprender, que no si puede transmitir ni transferir como se transfere un teorema de matemática una fórmula química. La capacidad crítica no se recibe de otro: se ejercita. Debe ser un proceso de auto-descubrimiento.(KAPLÚN apud BORTOLIEIRO, 2006, p.85)



Kaplún afirma que a comunicação tem o papel de formar e organizar as pessoas. Tal organização e formação são parte do processo de educar. Desse modo, ao longo de sua trajetória como teórico e defensor da educomunicação, o pesquisador percebeu a intensa ligação entre essas duas ciências (educação e comunicação), que são interdisciplinares e indissociáveis.

Corroborando com o pensamento de Freire (1977), Mario Kaplún defende a educação comunicativa, em que um diálogo eficaz, no qual o educando é emissor e receptor de mensagens e a educanda é emissora e receptora de mensagens, possibilita uma comunicação horizontal, mais rica em trocas e mais próxima de uma construção democrática de conhecimento.

Lahni et al (2009), apresentam um estágio recente da produção acadêmica sobre a Educomunicação, em sua relação com a cidadania. As autoras destacam o papel transformador do educador e da educadora, que, além de contribuir para a modificação da realidade de educandos e educandas que vivem à margem da sociedade, também participam desse processo de mudança pessoal. No projeto que citaremos a seguir, buscamos exercer nosso papel de educadoras, objetivando criar e desenvolver análise crítica através de reflexões e ações; identificar como o mundo é editado pelos meios e possibilitar o uso criativo dos meios de comunicação e uma expressão comunicativa com os adolescentes e as adolescentes.

Comunicação para a cidadania: tecnologias, identidade e ação comunitária

O *Comunicação para a Cidadania: tecnologias, identidade e ação comunitária* foi criado em 2008, com o objetivo de articular ensino, pesquisa e extensão, na busca por democratizar o acesso à comunicação para o exercício da cidadania de jovens da periferia de Juiz de Fora. O projeto de extensão teve a aprovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) em dezembro de 2007 e passou a contar com seu financiamento em fevereiro de 2008. Este apoio garantiu 12 computadores, três notebooks, uma mesa de seis canais, sete câmeras filmadoras e 11 câmeras fotográficas para a realização das atividades, além de uma bolsista técnica, que oferecia dedicação exclusiva às oficinas.

O projeto realizava educomunicação, entendida como leitura crítica dos meios, em prol do direito à informação e do direito à comunicação, com adolescentes que estudavam em escolas públicas de Juiz de Fora. As atividades da primeira turma tiveram início no primeiro semestre de 2008 com os atendidos e as atendidas do antigo *Jornal e*



*rádio no UFJF: Território de Oportunidades*⁴, que continuaram recebendo a bolsa no valor de R\$200. Já a segunda turma, começou as atividades em setembro de 2008 e terminou em dezembro do mesmo ano, sem receber bolsa, e sim vale-transporte e lanche.

No “Comunicação para a Cidadania” em 2008, os adolescentes e as adolescentes tiveram seis oficinas semanais de uma hora e meia cada: jornal e rádio, vídeo, de fotografia, cultura política e de novas tecnologias. Além das oficinas de comunicação, a Faculdade de Serviço Social acompanhou o grupo de adolescentes – através de encontros quinzenais, nos quais foram trabalhados aspectos sócio-educativos juntamente a outros temas delineados pelo projeto – e a coordenação do projeto.

Diferente do *Jornal e rádio no UFJF: Territórios de Oportunidades*, as oficinas do “Comunicação para a Cidadania” aconteciam na Casa de Cultura, espaço cultural que pertence à Universidade. O objetivo de trazer o projeto para este local foi exatamente o de aproximar os jovens e as jovens das extensões da Universidade e fazer com que compreendessem que o espaço da UFJF está além do próprio Campus, apesar de reconhecermos, a importância de explorá-lo.

No total, foram atendidos e atendidas, no segundo semestre de 2009, 16 adolescentes com idade entre 14 e 17 anos, cursando da quinta à nona série da Escola Municipal do Santa Cândida, zona leste de Juiz de Fora. O critério de seleção dos adolescentes e das adolescentes foi o interesse deles próprios e delas próprias em participar.

Oficina de jornal impresso

O planejamento da Oficina de Jornal Impresso pretendeu dar um foco ao conteúdo prático. Consideramos que os adolescentes e as adolescentes se envolvem mais na produção e gostam de ver no papel as discussões e temas abordados nos debates iniciais. Instigar a discussão em sala é importante para o andamento das oficinas, mas, assim como aponta Kaplún, é preciso que estes assuntos estejam próximos da realidade de todos e de todas, acima de tudo, que os jovens e as jovens possam desenvolver atividades e praticar em cima dos debates.

Un sistema de comunicación podrá pues, considerarse realmente participativo si provee mecanismos y canales que permitan a los grupos de base participantes determinar con independencia los contenidos temáticos del programa y generar sus propios mensajes; si hace posible que los sectores populares hablen de lo que ellos mismos quieren hablar. (KAPLÚN, 1984, p.82)

⁴ Sobre isso ver COELHO, 2008.



Por estes motivos, procuramos mesclar atividades práticas com o debate durante as oficinas. Já nos primeiros encontros, foram levantados temas a serem abordados nas matérias. E, após as primeiras atividades, iniciamos a produção do fanzine. O nome *Fala, galera!* foi escolhido através de votação e foi utilizado pelas duas turmas.

Ressaltamos que nosso objetivo não foi, em momento algum, formar jovens jornalistas, nem tão pouco ensinar técnicas jornalísticas a eles e a elas. Pretendíamos sim, que os jovens e as jovens se apoderassem do espaço de expressão dado na oficina e participassem ativamente de todas as etapas da construção das matérias, contribuindo assim para o exercício de seu direito à comunicação e, dessa forma, para a ampliação de sua cidadania. Ao discutir os temas e as pautas, procuramos questionar o que cada um e cada uma gostaria de saber sobre o assunto e o que pretendiam dizer ao abordá-lo, deixando claro que não precisavam e nem deveriam repetir a abordagem feita pela grande mídia.

Pois, assim como Peruzzo (2007, p.3), acreditamos que o acesso à informação e aos canais de expressão é um direito de cidadania, também pelo “fato de se constituir um processo educativo, não só pelos conteúdos emitidos, mas pelo envolvimento direto das pessoas no quefazer comunicacional e nos próprios movimentos populares”. Peruzzo destaca que educação significa “educar para a sociedade”. “É também educar para a convivência social e a cidadania, para a tomada de consciência e o exercício de direitos e deveres do cidadão” (PERUZZO, 2002, p.6). E por isso, ela destaca que o próprio processo de fazer a comunicação e se expressar já concentram em si a capacidade de educar. Para a autora, está aí o âmago da questão da educação para a cidadania: na inserção da pessoa num processo de comunicação, onde ela pode tornar-se sujeito do seu processo de conhecimento e pode educar-se através de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade que tal ambiente permite que sejam construídas.

A preocupação em dar autonomia para que os jovens e as jovens pudessem produzir as matérias também se estendeu ao conteúdo das mesmas. Em todos os casos, discutimos com as equipes a importância de representar de maneira justa os envolvidos e as envolvidas na matéria. O espaço de expressão dos jovens e das jovens também foi colocado à disposição dos bairros.

A autonomia que conferimos aos adolescentes e às adolescentes gerou aumento em sua auto-estima e segurança, desenvolvimento de sua capacidade de expressão e



cumplicidade. Porém, também gerou problemas como o famoso “copia e cola” na internet, entrevistas apenas com pessoas próximas e problemas nos títulos e conteúdo dos fanzines. No entanto, avaliamos que do ponto de vista da cidadania desses adolescentes e dessas adolescentes, o fato de emitirem informações, apropriando-se de seu direito à comunicação, minimiza tais problemas.

Fala, Galera! Análise dos fanzines

1ª edição

A primeira edição do fanzine *Fala, Galera!* foi lançada em outubro de 2009. A matéria de capa condiz com a demanda apresentada pela turma: *Gravidez na adolescência: falta de informação ou de educação?* O tema “sexualidade”, que já estava no planejamento, era recorrente nos encontros.

Essa matéria foi sugerida, produzida e feita por duas meninas. Durante o processo de feitura da mesma, uma das jovens revelou já ter ficado grávida, porém, perdeu o bebê. Nas conversas com a turma, percebemos que a gravidez era, muitas vezes, vista como uma forma de ascensão social. Pois, na sociedade adultocêntrica em que vivemos, ter um bebê pode sugerir uma promoção para a categoria de “adulta” e, assim, a moça sente-se mais valorizada. Referimo-nos especificamente às meninas porque, através das conversas sobre o tema, observamos que o pai da criança é apenas um coadjuvante na gravidez.

As autoras da matéria buscaram amigas como fontes, além da enfermeira Beatriz Santana Caçado. Não foi difícil achar uma amiga que pudesse dar o seu depoimento sobre a gravidez na adolescência. A ênfase da matéria foi sugerida pelas próprias autoras, para as quais uma jovem engravidada ou por falta de informação ou por falta de educação. Ou seja, algumas ainda não sabem muito sobre métodos contraceptivos ou sobre onde adquiri-los, e outras, por sua vez, não sabem do impacto que engravidar enquanto adolescente pode ter em suas vidas.

Avaliamos que a produção desta matéria foi de suma importância não só para as autoras, como para toda a turma, pois foi uma oportunidade de conversar e conhecer mais sobre o assunto, além de ter sido um espaço para as adolescentes escreverem sobre um assunto que diz respeito diretamente a elas e não de apenas ler sobre ele.

O próximo texto é um editorial sobre a violência contra a mulher. O editorial foi seguido por uma matéria sobre o mesmo tema. Tal assunto nasceu de um dos momentos mais emocionantes da oficina. Quando conversamos sobre o assunto, uma jovem, com



lágrimas nos olhos, saiu da sala. Depois, a mesma revelou que ela e a mãe estavam sendo perseguidas pelo pai, que, inclusive, as ameaçou com uma arma de fogo. O que nos restou a fazer nesse momento foi dar nosso apoio, ouvi-la bastante e não pressioná-la a escrever nada sobre o tema. Porém, a jovem, sempre muito participativa e inteligente, disse que devia e queria escrever. A coragem e a vontade de protestar da jovem podem ser percebidas nesse trecho: “Mas, para o orgulho da humanidade, as mulheres estão criando coragem e denunciando seus agressores”. A jovem aproveitou o momento para unir a sua voz à voz das milhares de mulheres que sofrem ou já sofreram violência e fez um chamado para a luta pelo fim da violência contra as mulheres: “Precisamos nos unir porque o que fazem com você podem estar fazendo com outras mulheres. Então, denuncie!”.

Como pudemos perceber, o editorial foi um momento para a jovem expor, mais do que suas opiniões, suas experiências de vida. Através da leitura, podemos notar também, que essa adolescente tem muito a dizer.

Na matéria que se segue, escrita por essa adolescente e por uma colega, a mãe, que foi espancada pelo marido, serviu de fonte. O texto traz dados sobre a violência contra a mulher, enfatiza a importância de denunciar o agressor e ouve uma integrante do coletivo feminista de Juiz de Fora *Maria, Maria, Mulheres em Movimento*.

As duas próximas matérias vão na contramão do que a mídia massiva em geral veicula sobre as periferias. *Reggae Bem: atração para moradores do Dom Bosco e Projeto no bairro São Pedro é opção de lazer e educação para crianças*. Convidados e convidadas a escrever sobre os cotidianos de seus bairros, os adolescentes e as adolescentes citaram prontamente o tema da violência. Mas, quando perguntamos sobre o que tinha nesses bairros, eles e elas só falaram coisas boas. Isso parece ser um sintoma da manipulação que, muitas vezes, a mídia massiva tenta fazer com as pessoas. Então, conversamos com a turma e propusemos que fizessem matérias sobre o que há de bom nos bairros, já que os aspectos negativos já são insistentemente veiculados. Os adolescentes e as adolescentes concordaram e partiram para a execução.

A primeira matéria aborda o projeto Reggae Bem, um projeto de cultura e música para adolescentes do Dom Bosco. O texto é seguido por uma foto dos adolescentes e das adolescentes integrantes do projeto em uma apresentação. A legenda da foto traz a seguinte frase: “O bairro que sempre foi visto como violento vê na música a possibilidade de mudança”. Destacamos aqui dois aspectos: um positivo e um negativo. O positivo está no fato de relativizar a noção de “bairro violento”, diz-se que



ele é “visto como violento” e não afirma-se que é violento. O aspecto negativo está na reprodução da noção disseminada pela mídia massiva de que projetos como esses são uma possibilidade de mudança. Afirmarões como essas dão a impressão de que ou os adolescentes e as adolescentes vão para esses projetos ou para o mundo das drogas e da violência. Não vemos tais iniciativas como soluções, mas, como oportunidades.

A segunda matéria trata do *Curumim*, um projeto da prefeitura da cidade que oferece diversas atividades para jovens moradores do bairro São Pedro e de bairros vizinhos. Essa última matéria é acompanhada dos depoimentos de dois moradores falando bem do bairro Dom Bosco. Na página seguinte, dois moradores do bairro São Pedro também falam sobre seu bairro. Um fala bem do bairro, dizendo que ele é tranquilo e outro fala que tem muita briga. Aqui observamos um impasse: apresentar os dois lados da moeda, como recomendam as regras jornalísticas, ou aproveitar o espaço e mostrar apenas o que o bairro tem de bom. A opção foi por mostrar um morador que gosta e outro que não gosta do bairro São Pedro, porém, avaliamos que esta não foi a opção mais acertada visto que nosso objetivo não é a perfeição técnica e sim, produzir uma comunicação alternativa e que contribua para a cidadania dos jovens e das jovens.

Agora é que são elas, esse é o título da matéria que fala sobre mulheres que ocupam cargos tipicamente masculinos. O texto aborda o baixo número de mulheres na política e fala do *Maria, Maria*, coletivo feminista de Juiz de Fora. Apesar da relevância do tema, o texto é bastante superficial. Nenhuma mulher em um cargo tipicamente masculino foi ouvida. A dupla responsável pela matéria iniciou os trabalhos cheia de ideias e de vontade, mas, foram cedendo às dificuldades encontradas.

Sabemos que o universo das novas tecnologias costuma fascinar os jovens e as jovens. E, apesar de a maioria não ter acesso a internet em casa, com essa turma não é diferente. Por isso, uma dupla decidiu escrever sobre o *Twitter*. A matéria *E você, tem Twitter?*, que tinha tudo para ser mais do mesmo, acabou propondo algo bem interessante e incentivando o uso do *Twitter* para a participação política: “Nós achamos bom o uso do *Twitter* na política, então que tal começarmos a participar mais da política brasileira?”.

A última matéria desta edição foi intitulada *Rock e Pagode: estilos nem tão diferentes*. Nessa matéria percebemos que dentro da turma havia turminhas que se juntavam por gostar de um estilo musical determinado. Assim, a música funcionava como um ponto de identificação e de diferenciação e, às vezes, gerava conflitos. As autoras queriam que o título fosse *Rock X Pagode*. Para evitar que a matéria gerasse



rivalidade, conversamos muito com as adolescentes, na tentativa de estimular o respeito pelo estilo do outro. Depois da conversa, nos surpreendemos com o novo título escolhido. As meninas resolveram tratar do que há em comum entre os dois estilos e, o que até então deveria separar, acabou por aglutinar. O texto mostrou um grupo de pagode e um grupo de rock, ambos compostos por adolescentes da cidade. O grupo de rock, todo composto por homens, tem uma mulher como vocalista, fato que ainda não é tão comum.

A matéria sobre estilos musicais encerra a primeira edição do fanzine. A seguir, analisamos a segunda edição do *Fala, Galera!*

2ª edição

Devido às diferenças entre uma turma e outra, e também devido às mudanças que ocorreram com as próprias bolsistas da oficina, o trabalho com a segunda turma foi diferente e, conseqüentemente, o resultado também. Se a grande demanda da primeira turma era por temas relacionados à sexualidade, a da segunda turma era por temas relacionados à negritude. Por isso, a matéria de capa desta edição foi sobre preconceito racial. O texto recebeu o título de *Preconceito racial: um tema a ser discutido*. Temos aqui um sério problema, pois, sabemos que o preconceito racial não deve ser mais discutido e sim, combatido, abolido. A discussão deve existir para aqueles assuntos para os quais há dois ou mais lados ou possibilidades. No caso do preconceito racial entendemos que a única possibilidade é o combate.

A edição das matérias ficou por conta das bolsistas de graduação que trabalharam no projeto e, além disso, tentamos deixar os adolescentes e as adolescentes o mais livres possível para emitirem informações. Por esses motivos, alguns erros não foram percebidos.

Reconhecidos os nossos erros, partamos para a análise dos textos. O texto sobre preconceito racial foi fruto de um longo processo de apuração. Isso porque, atendendo à demanda da turma, várias atividades sobre o tema negritude foram promovidas. O livro *Culturas e Diásporas Africanas*, organizado por Cláudia Regina Lahni, Inácio José Godinho Delgado, Elizete M. Menegate, Danúbia Andrade e Enilce Albergaria Rocha foi lançado na Casa de Cultura, espaço onde aconteciam as oficinas. Para o evento, o professor Marcelo Paixão, que tem um artigo no livro, proferiu uma palestra. Três adolescentes participaram da palestra e entrevistaram o professor. Durante a palestra, foi interessante perceber a expressão de surpresa no rosto dos adolescentes e da adolescente com os dados sobre a desigualdade social entre brancos e brancas e negros e negras



apresentados por Paixão. Dentre os aspectos destacados da fala do professor está a relação entre negros e negras e mídia. Esse tema foi bastante trabalhado na oficina.

Outra fonte para a matéria foi Adenilde Petrina Bispo, militante do movimento negro de Juiz de Fora. Em conversa com os adolescentes e as adolescentes, Bispo contou sobre as vezes em que sofreu preconceito e ouviu o relato das experiências dos jovens e das jovens. Temas como as cotas nas universidades e a representação do negro e da negra na mídia também foram abordados.

Conferência de comunicação municipal é o título da segunda matéria do fanzine. O texto trata de um evento de importância ímpar na busca pela democratização da comunicação em Juiz de Fora, pois o sistema comunicativo da cidade segue o padrão de todo o país. Em Juiz de Fora, o acesso aos meios de comunicação, que é um direito de todas as pessoas, está concentrado nas mãos daquelas que detêm algum tipo de poder, seja ele político, econômico ou político e econômico. Até mesmo nas rádios comunitárias, que deveriam se constituir em espaços alternativos para o exercício do direito à comunicação, as pessoas estão à mercê dos poderosos e das poderosas. Como exemplo, podemos tomar as três rádios autorizadas como comunitárias de Juiz de Fora, que, em diferentes escalas, apresentam problemas na sua constituição. No artigo *A participação dos jovens nas rádios comunitárias autorizadas de Juiz de Fora e na autêntica Mega*, Lahni e Coelho (2008) apontam que, em Juiz de Fora, as rádios Trans FM, Life FM e Objetiva FM, todas com concessão de comunitária, apresentam problemas no que se refere à autenticidade do termo “comunitária” e à participação de jovens.

O cenário acima descrito possibilita que tenhamos uma noção do sistema de comunicação em Juiz de Fora: não há muitos espaços para a participação das pessoas, tão pouco dos jovens e das jovens. Assim, o envolvimento de jovens do projeto na 1ª Conferência Municipal de Comunicação tem grande importância.

Através da participação no evento, os adolescentes e as adolescentes puderam tomar conhecimento de questões relativas à comunicação em nosso município e, principalmente, perceberem-se enquanto sujeitos do processo de comunicação, com direitos e deveres, como implica a noção de cidadania. Segundo a autora da matéria “A conferência foi importante para a minha visão sobre o mundo da comunicação” (*Fala, Galera! 2ª edição*).

Nessa matéria também temos um problema com o título. Na verdade é Conferência Municipal de Comunicação e não Conferência de Comunicação Municipal.



Porém, diferente da matéria sobre preconceito e sobre capoeira, o erro no título não implica em mudanças de sentido.

O problema com o título aconteceu também na matéria sobre capoeira: *A capoeira ainda não morreu*. Apesar de sabermos que a intenção foi dizer que a capoeira está viva, a palavra “ainda” gera a interpretação de que um dia ela irá morrer. Porém, a leitura do texto mostra que, ao contrário, o que se pretende é enaltecer o esporte e a cultura que envolve a capoeira. A matéria aborda a história da prática.

Cursar uma faculdade não estava nos planos da maioria dos jovens e das jovens. Para alguns e algumas, a universidade parecia algo “que não era para eles e elas”. Um curso particular é visto como algo caro demais e um curso público é visto como algo inatingível. Porém, alguns jovens e algumas jovens manifestaram interesse em escrever sobre o vestibular. Na matéria *Vestibular: dedicação para a reta final*, os adolescentes dão dicas para a preparação para o concurso, mas, além disso, falam das alternativas para que jovens pobres, como eles, possam alcançar a aprovação no vestibular. O cursinho pré-vestibular popular da UFJF e o sistema de cotas para negros e negras e alunos e alunas de escolas públicas foram apontados e apontadas como oportunidades para que os jovens e as jovens pobres cheguem às universidades, em especial às públicas.

Refletindo... A teoria aliada à prática da educomunicação

Na oficina de jornal impresso do Projeto *Comunicação para a Cidadania: tecnologias, identidade e ação comunitária*, procuramos, seguindo o exemplo do pesquisador Paulo Freire, unir a prática à teoria. Assim como o pesquisador, avaliamos que a educação e a comunicação devem ser construídas e não impostas. A comunicação não deve seguir o modelo da educação bancária, em que o educando-receptor e a educanda-receptora são vistos e vistas como bancos em que o educador-emissor ou a educadora-emissora depositam o conhecimento e a informação. Assim, na oficina, tentamos construir o conhecimento em conjunto com os adolescentes e as adolescentes. Começamos pedindo a eles e a elas que não nos chamassem de “professoras” o que, às vezes, era inevitável. Nos encontros, sempre sentávamos em círculo para reproduzirmos o modelo de comunicação todos-todos, todas-todas. Não dávamos aulas, e, sim, conversávamos sobre temas diversos e todos e todas tinham o direito à palavra.

Essa forma de trabalhar gerou alguns problemas. Talvez por não estarem acostumados e acostumadas, muitas vezes os jovens e as jovens esperavam que



gritássemos ou que aplicássemos castigos. Como não tínhamos essa postura, alguns e algumas confundiam as coisas e acabavam gerando problemas.

Porém, essa forma de trabalhar foi fundamental para que atingíssemos os objetivos do trabalho. Avaliamos que, enquanto profissionais da Comunicação, é nosso dever pensar a cidadania e meios que garantam a sua efetiva atividade. Assim, a oficina constituiu-se em um espaço alternativo para a participação na comunicação. Mario Kaplún (1998) defende que o acesso aos meios de comunicação deve acontecer para que a participação se torne uma realidade, na qual as pessoas possam ser protagonistas do processo e não meramente espectadores e espectadoras. Kaplún teve como cerne de seus estudos a educação, colocando a comunicação como ferramenta básica para a cidadania e a inserção social. A partir desse encontro, construiu uma educação comunicativa, acreditando que um diálogo eficaz, no qual o educando e a educanda são emissor e emissora e receptor e receptora de mensagens, possibilitando uma comunicação horizontalizada, mais rica em trocas e mais próxima de uma construção democrática de conhecimento.

Peruzzo defende a participação na comunicação. Compartilhamos do pensamento da teórica, para a qual a democracia no poder de comunicar é condição para a ampliação da cidadania. Nesse sentido, a oficina de jornal impresso contribuiu para que os jovens e as jovens participantes exercessem plenamente sua cidadania.

A educomunicação, a partir de Mario Kaplún, foi a metodologia de trabalho que adotamos. Avaliamos que atingimos os objetivos da educomunicação na medida em que incentivamos a análise crítica através de reflexões e ações; colaboramos para que os jovens e as jovens a identificassem como o mundo é editado pelos meios e possibilitamos o uso criativo do jornal impresso para uma expressão comunicativa.

É nítido, a partir da leitura dos itens anteriores e das edições do fanzine, que nosso trabalho não atingiu a perfeição. Além dos problemas com os títulos, tivemos, em alguns poucos momentos, a reprodução do conteúdo veiculado pela mídia massiva. Porém, através da educomunicação, atingimos nossos principais objetivos: a ampliação da cidadania por meio do exercício do direito à comunicação e o aprimoramento do senso crítico dos adolescentes e das adolescentes em relação à mídia massiva.

Referências

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Editora ABDR, Rio de Janeiro, 1992.



BORTOLIERO, S. T. . Mario Kaplún: biografia de um visionário. BORTOLIERO, IN: MARQUES DE MELO, José et al (orgs). **Educomídia. Alavanca da cidadania: o legado utópico de Mario Kaplún**. São Paulo: Cátedra UNESCO/UMESP, 2006.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin (Org.). **Para construir espaços solidários: uma metodologia de trabalho com jovens**. Juiz de Fora: EDUJUF, 2006.

COELHO, Fernanda. **Educomunicação para a cidadania juvenil – A experiência do Jornal e Rádio no UFJF: Território de Oportunidades**. Monografia de conclusão de curso: UFJF, 2008.

_____. **Fala, Galera! Produção de fanzines com jovens da periferia de Juiz de Fora em processo de educação para a cidadania**. Dissertação de mestrado: UFJF, 2011.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes**. Modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

KAPLÚN, Mario. **Comunicación entre grupos – El método de cassete-foro**. Bogotá: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.

_____. **Una pedagogía de la comunicación**. Madri: Ediciones de la Torre, 1998.

LAHNI, Cláudia et al. Educomunicação e cidadania: conceitos e práticas na produção acadêmica entre 2004 e 2008. In: INTERCOM NACIONAL, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Intercom Nacional. 1 CD ROM.

PERUZZO, Cicilia M. K.. **Comunicação como Direito - IV Encontro Regional de Comunicação**. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

_____. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. In. Lumina. Vol. 1 - Nº 1 - Junho 2007. Disponível em www.ppgcomufjf.brmvindo.net.lumina.

RONSINI, Veneza Mayora. **Mercadores de sentido: consumo de mídia e identidades juvenis**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SILVA, Jaílson de Sousa e. **Juventude, favelas e os grandes meios de comunicação**. Disponível em: <www.fazendomedia.com/novas.com.br>. Acesso em: 20 fev. 2007. ISBN 151105.